

# A Ação Direta<sup>1</sup>

Émile Pouget

Tradução: Igor Lôbo

Revisão: IEL

## Índice

O que entendemos por “Ação Direta” .....	
Negação do democratismo.....	
Exaltação do indivíduo.....	
Educação expropriante.....	
A revolução é obra de ação quotidiana.....	
O milagre catastrófico.....	
A suposta “lei de ferro”	
Um fator novo: a vontade operária!.....	
O salário e o custo de vida.....	
O excesso do mal não é fermento de revolta!!.....	
Força e violência.....	
Minoria contra minoria.....	
A violência inevitável.....	
Ilusão dos paliativos.....	

---

<sup>1</sup> O operário Émile Pouget (1860-1931) foi um dos mais destacados sindicalistas revolucionários de seu tempo. Situado politicamente no campo anarquista, para o qual colaborou de inúmeras formas, notabilizou-se ainda ao escrever diversos artigos sobre as lutas operárias na França. Em 1889 fundou um importante jornal, *Le Père Peinard*, através do qual fustigava com pesados petardos acusatórios os patrões e a burguesia em geral. O presente texto, *Ação Direta*, escrito em 1904, objetivava esclarecer a classe trabalhadora francesa sobre um tema tão debatido quanto polêmico, principalmente quando se avizinhavam as greves, paralisações e campanhas salariais. (Nota do IEL)

## **O que entendemos por “Ação direta”**

A Ação é a simbolização do sindicalismo atuante. Essa fórmula é representativa da batalha contra a Exploração e a Opressão. Ela proclama, com a nitidez que carrega em si, o sentido e a orientação do esforço da classe trabalhadora no ataque dirigido por ela, e sem trégua, ao capitalismo.

A Ação direta é uma noção de tal clareza, de uma tão evidente limpidez, que ela se define e se explica por seu próprio enunciado. Ela significa que a Classe Operária, em reação constante contra o ambiente atual, não espera nada dos homens, dos poderes, ou das forças externas a ela, mas que ela cria suas próprias condições de luta e retira de si seus meios de ação. Ela significa que, contra a sociedade atual, que não conhece mais que o cidadão, se ergue doravante o produtor. Este, uma vez reconhecido como um agregado social, é modelado por seu sistema de produção e resolve atacar diretamente o modo de produção capitalista para transformá-lo, eliminando o patrão e conquistando assim sua soberania na oficina – condição essencial para desfrutar da liberdade real.

## **Negação do democratismo**

A Ação direta implica, portanto, que a classe trabalhadora invoque as noções de liberdade e de autonomia no lugar de se curvar sob o princípio de autoridade. Ora, é graças ao princípio de autoridade, pivô do mundo moderno, – do qual o democratismo é a expressão final – que o ser humano, acorrentado por mil elos, tanto morais quanto materiais, é castrado de toda possibilidade de vontade e de iniciativa.

Dessa negação do democratismo, mentiroso e hipócrita, e forma máxima de cristalização da Autoridade, resulta todo o método sindicalista. A Ação Direta aparece assim como não sendo nada mais que a materialização do princípio de liberdade, sua realização nas massas: não mais em fórmulas abstratas, vagas e nebulosas, mas em noções claras e práticas, geradoras da combatividade que exigem as necessidades da hora; é a ruína do espírito de submissão e de resignação que enfraquece os indivíduos, faz deles escravos voluntários – e é o desabrochar do espírito de revolta, elemento fecundante das sociedades humanas.

Essa ruptura fundamental e completa, entre a sociedade capitalista e o mundo operário, que sintetiza a Ação direta, aparece na Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.), expressa em seu lema: “A emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores”. E ela [a A.I.T.] contribuiu fazendo dessa ruptura uma realidade, ao atribuir uma importância primordial aos agrupamentos econômicos. sendo ainda confusa a preponderância que ela os atribuía. Entretanto, ela pressentiu que a obra

de transformação social devia começar pela base e que as manifestações políticas eram apenas uma consequência das mudanças efetivadas no regime de produção. É por isso que ela exaltava a ação de agrupamentos corporativos e, naturalmente, ela legitimava o processo de manifestação de sua vitalidade e de sua influência, adequada a seu organismo – e que não é outro que a Ação direta.

A Ação direta é, de fato, função normal dos sindicatos, caráter essencial de sua constituição; seria um absurdo gritante que tais agrupamentos se contentassem em aglutinar assalariados para melhor adaptá-los à sorte à qual os condenam a sociedade burguesa – a produzir para outrem. É evidente que, no sindicato, se aglomerem para sua autodefesa, para lutar pessoal e diretamente, indivíduos sem ideias sociais bem claras. A identidade dos interesses os atrai para cá; eles vêm para cá por instinto. Lá, nesse lar de vida, se faz um trabalho de fermentação, de elaboração, de educação: o sindicato eleva à consciência os trabalhadores ainda cegos pelos preconceitos que lhes inculca a classe dirigente: ele faz explodir a seus olhos a imperiosa necessidade da luta, da revolta; ele os prepara para as batalhas sociais pela coesão dos esforços comuns. De tal ensinamento, se torna evidente que cada um deve agir, sem delegar jamais a outrem o cuidado de lutar por si. E é nessa ginástica de impregnação no indivíduo de seu valor próprio, e de exaltação desse valor, que reside a potência fecundante da Ação direta. Ela levanta a competência humana, ela forma o caráter, ela refina as energias. Ela ensina a ter confiança em si! A se reportar somente a si! A ser mestre de si! A agir por si mesmo!

No entanto, se compararmos os métodos em uso nos agrupamentos e nas formações democráticas, constataremos que não há nada de comum com essa constante tendência de crescimento de consciência, não mais que com essa adaptação à ação que é a atmosfera dos agrupamentos econômicos. E não há que se supor que os métodos em vigor nesses possam ser transferidos para aqueles. Para além do campo econômico, a Ação direta é uma fórmula sem sentido, pois ela é contraditória com o funcionamento dos agregados democráticos cujo mecanismo obrigatório é o sistema representativo, que implica, à base, a inação dos indivíduos. Trata-se de confiar nos representantes! De reportar-se a eles! De contar com eles! De os deixar agir!

O caráter de ação autônoma e pessoal da classe trabalhadora, que sintetiza a Ação direta, é estabelecido e acentuado por sua manifestação sobre o plano econômico, onde todos os equívocos desmoronam-se, onde não pode haver mal entendidos, onde todo esforço é útil. Sobre esse plano se dissociam as combinações artificiais do democratismo que misturam indivíduos cujos interesses sociais são antagônicos. Aqui, o inimigo é visível. O explorador, o opressor, não pode esperar se esquivar com máscaras

enganosas, ou iludir se vestindo com velhas fantasias ideológicas: são inimigos de classe, e assim se apresentam francamente, brutalmente! Aqui, a luta acontece face a face e todos os golpes atingem. Todo esforço atinge um resultado tangível, perceptível: se traduz imediatamente por uma diminuição da autoridade patronal, pelo abrandamento dos entraves que cercam o trabalhador na oficina, por um bem-estar relativo. E é por isso, logicamente, que se evoca a imperiosa necessidade de um acordo entre irmãos de classe, para irem lado a lado para a batalha, fazendo frente juntos contra um inimigo comum.

É também natural que, desde que um agrupamento corporativo é criado, possa-se inferir de seu nascimento que, consciente ou inconscientemente, os trabalhadores que ali se aglomeram se preparam para fazer eles mesmos seus acordos; que eles têm a vontade de se erguer contra seus mestres e só esperam resultados de suas próprias forças; que resolvem agir diretamente, sem intermediários, sem delegar a outrem a tarefa de levar a cabo os trabalhos necessários. A Ação direta é, portanto, puramente a ação sindical, livre de todas as ligas, purgada de todas as impurezas, sem qualquer amortecimento para os choques entre os beligerantes, sem qualquer dos desvios que mudam o sentido e o alcance da luta: é a ação sindical sem compromissos capitalistas, sem alianças com os patrões que sonham com os dividendos da “paz social”; é a ação sindical, sem ligações governamentais, sem a intrusão no debate de “pessoas intermediárias”.

### **Exaltação do indivíduo**

A Ação direta é a libertação das multidões humanas até então moldadas à aceitação das crenças impostas, é sua ascensão em direção à análise, à consciência. É o chamado a todos para participarem da obra comum: são convidados a não mais serem um zero humano, a não mais esperar sua salvação do alto ou do exterior; são incentivados a pôr a mão na massa, a não mais suportar passivamente as fatalidades sociais. A Ação direta encerra o ciclo dos milagres – milagre do céu, milagre do Estado – e em oposição à esperança pelas “providências”, de qualquer espécie que seja, ela proclama que se ponha em prática a máxima: a salvação está em nós!

Essa potência radiante incomparável da Ação direta foi reconhecida por homens de opiniões e de temperamentos diversos, assim homenageando esse método, cujo valor social fértil é incontestável.

Foi Keufer que, em junho de 1902, sobre o tema da situação sindical dos operários vidreiros, então precários, com suas organizações fragmentadas, escreveu:

“Não ficaríamos surpresos que a política não seja estrangeira a essas divisões, pois muito frequentemente, nas lutas sociais, muitos camaradas acreditam na eficácia da intervenção dos homens políticos na defesa de seus interesses econômicos.

“Nós pensamos, ao contrário, que os trabalhadores, solidamente organizados nos sindicatos e federações de ofício ou de indústria, irão adquirir uma força muito maior e uma autoridade suficiente para lidar com os industriais em caso de conflito, de maneira direta e sem outro apoio que aquele da classe trabalhadora, que não falhará. É preciso que o proletariado faça seus acordos por si mesmo...”

Foi Marcel Sembat que, ao parlamento, se exprimiu da seguinte maneira:

“A ação direta? Mas é simplesmente agrupar os trabalhadores em sindicatos e em federações operárias para chegar, assim, no lugar de tudo esperar do Estado, da Câmara, no lugar de estender perpetuamente seu chapéu para o parlamento para que ele jogue desdenhosamente um tostão de tempos em tempos, ao ponto no qual os trabalhadores de agrupem, se entendam.

“Acordo dos trabalhadores entre eles, ação direta contra o patronato, pressão sobre o legislador para o obrigar, quando sua intervenção for necessária, a atender os operários...”

... “Nós sabemos, dizem os sindicalizados, que a moral precede a lei, e nós queremos criar primeiro a moral, para que a lei se aplique mais facilmente se ela nos for dada, ou para que ela seja obrigada a ser votada, se nos fizerem esperar demais! Pois eles querem também – eles não escondem – forçar eventualmente a mão do legislador.

“Nós, legisladores, nunca temos necessidade que nos forcem a mão? Nos ocupamos sempre espontaneamente dos males e dos abusos? Não é útil que aqueles que sofrem desses males, que são lesados por esses abusos, protestem e ajam para atrair a atenção sobre eles e impunham, mesmo, o remédio ou a reforma que se tornaram necessárias?

“Eis por que, Senhores, estaríamos errados em tentar fazê-los se indispor contra esses homens que pregam a ação direta: se eles tentam se passar o máximo possível por deputados, não deixem de reconhecê-los...”

“Há suficientemente quem não se passe por vocês, para que vocês fiquem satisfeitos de ver operários tachados de agrupar sua classe sindicalmente,

em organizações econômicas, e fazer o máximo possível seu trabalho por si mesmos...”

Já Vandemelde, escrevendo no *Povo de Bruxelas*:

“... Para arrancar do capitalismo um osso no qual haveria alguma medula, não é de modo algum suficiente que a classe trabalhadora dê mandato a seus representantes para lutar em seu lugar.

“Nós o dissemos inúmeras vezes, mas não saberíamos dizê-lo suficientemente, e é a grande parte da verdade que se encontra na teoria da ação direta, não se obtém reformas sérias por pessoas intermediárias...

“Ora, se é permitido fazer uma censura a essa classe trabalhadora belga que, deixada por seus exploradores e seus mestres na ignorância e miséria, deu, há vinte anos, tantas Provas de resiliência e de espírito de sacrifício, talvez seja por ter contado demais com a ação política e com a ação corporativa que exigiam o mínimo esforço; por não ter feito o suficiente pela ação sindical, por ter cedido demais a essa perigosa ilusão que, no dia em que haveria mandatários na Câmara, as reformas cairiam como cotovias assadas na boca...”

Assim, na opinião dos homens citados acima – e também na nossa opinião –, a Ação direta desenvolve o sentimento da personalidade humana, ao mesmo tempo que o espírito de iniciativa. Em oposição à apatia democrática, que se satisfaz com rebanhos e seguidores, ela sacode o torpor dos indivíduos e os eleva à consciência. Ela não aparelha, nem filia os trabalhadores.

Ao contrário! Ela estimula neles o senso de seu valor e de sua força, e os agrupamentos que eles constituem sob essa inspiração são agrupamentos vivos e vibrantes, onde, sob o peso de sua simples gravidade, de sua imobilidade consciente, o número não faz lei ao valor. Os homens de iniciativa não são abafados, e as minorias que são – e sempre foram – o elemento do progresso podem prosperar sem entrave e, por seu esforço de propaganda, realizar a obra de coordenação que precede a ação.

A Ação direta tem, assim, um valor educativo sem igual: ela ensina a refletir, a decidir, a agir. Ela se caracteriza pela cultura da autonomia, da exaltação da individualidade, do estímulo de iniciativa da qual ela é o fermento. E esse excesso de vitalidade, de expansão do “eu” não é em nada contraditório à solidariedade econômica que une os trabalhadores entre eles, pois, longe de ser opositora a seus interesses comuns, ela os concilia e os reforça: a independência e a atividade do indivíduo só pode prosperar em esplendor e em intensidade mergulhando suas raízes no solo fértil do acordo solidário.

A Ação direta limpa, então, o ser humano das impurezas da passividade e da indiferença nas quais tende a confiná-lo e imobilizá-lo o democratismo. Ela o ensina a querer, no lugar de limitar-se a obedecer, a agir com soberania, no lugar de delegar sua parcela. Desse fato, ela muda o eixo de orientação social, de forma que as energias humanas, no lugar de esgotar-se em uma atividade pernicioso e deprimente, encontram em uma expansão legítima o alimento necessário a seu contínuo desenvolvimento.

### **Educação expropriante**

Há cinquenta anos, em 1848, quando nos republicanos havia ainda convicções, eles admitiam o quanto era ilusório, mentiroso e impotente o sistema representativo e procuravam um meio de barrar seus defeitos. Rittinghausen, hipnotizado demais pelas superfetações políticas que supunha indispensáveis ao progresso humano, acreditou ter encontrado a solução na “representação direta”. Proudhon, ao contrário, pressentindo o sindicalismo, evocou que o federalismo econômico que está sendo preparado e que ultrapassa, com toda superioridade da vida, os conceitos inférteis de toda politicagem: o federalismo econômico, que está em gestação nas organizações trabalhadoras implica na reabsorção pelos elementos corporativos de algumas funções úteis graças às quais o Estado ilude sobre sua razão de ser e, ao mesmo tempo, a eliminação de suas funções prejudiciais, compressivas e repressivas, graças às quais se perpetua a sociedade capitalista.

Mas, para que esse desabrochar social seja possível, é necessário que um trabalho preparatório tenha, no seio da sociedade atual, coordenado os elementos que terão função de realizá-lo. É a isso que se aplica a classe trabalhadora. Da mesma forma que é pela base que se constrói um edifício, é pela base que se realiza esse trabalho interno que é, simultaneamente, obra de desagregação dos elementos do velho mundo e obra de gestação da nova reedificação. Não se trata mais de tomar o Estado, nem de modificar suas engrenagens ou mudar sua equipe; trata-se de transformar o mecanismo da produção, eliminando o patrão da oficina, da fábrica, e substituindo a produção a seu lucro pela produção coletiva e ao benefício de todos... o que tem por consequência lógica a ruína do Estado.

Essa obra de expropriação começou: passo a passo, ela persevera pelas lutas cotidianas contra o atual mestre da produção, o capitalista; seus privilégios são enfraquecidos e diminuídos, a legitimidade de sua função diretora e mestria é negada, o dízimo que ele cobra na produção de todos, sob pretexto de remuneração do capital, é

tida como roubo. Assim, pouco a pouco, ele é reprimido para fora da oficina – esperando que seja caçado definitiva e radicalmente.

Tudo isso, essa tarefa, que vai se ampliando e se intensificando todo dia, é a Ação direta em florescimento. E quando a classe trabalhadora, tendo crescido em força e em consciência, estiver apta à obra de tomada de posse e assim proceder, ainda será a Ação direta!

Quando a expropriação capitalista estiver em vias de realização, então os acionistas das Companhias ferroviárias verão seus títulos – “pergaminhos” da aristocracia financeira – caídos por terra, pois a sequela parasitária dos diretores e outros magnatas dos trilhos não será mais mantida para nada fazer, os trens continuarão andando... E isso porque os trabalhadores ferroviários tomarão as medidas diretamente: seu sindicato, de agrupamento de combate, se transformando em agrupamento de produção, terá doravante a carga da exploração – não mais em vias de lucros pessoais, nem mesmo simples e estreitamente corporativos, mas para o bem comum.

O que será feito nas ferrovias paralelamente será feito em todos os ramos da produção.

Mas, para bem realizar essa obra de liquidação do velho mundo de exploração, é necessário que a classe trabalhadora se familiarize com as condições para alcançar a nova sociedade, que ela adquira a capacidade e a vontade de realizá-la por si mesma; é necessário que ela conte, para lidar com as dificuldades que surgirão, somente com o seu esforço direto, com as competências que ela retirará dela, e não com a graça de “pessoas intermediárias”, de homens providenciais, de bispos de novo estilo – dessa forma, a exploração não seria extirpada e continuaria de um modo diferente.

### **A revolução é obra de ação cotidiana**

Trata-se, portanto, para preparar a via, de se opor às concepções deprimentes, às fórmulas mortas, representativas de um passado que persiste, de noções que nos dirigem às indispensáveis materializações de vontade. Ora, essas novas noções só podem resultar da aplicação sistemática dos métodos da Ação direta. É, de fato, da profunda corrente de autonomia e de solidariedade humana, intensificada pela prática da ação, que sobressai e toma corpo a ideia de substituir a desordem atual por uma organização onde só haja espaço para o trabalho e onde todos terão livre desenvolvimento de sua personalidade e de suas faculdades.

Essa obra preparatória para o futuro não é, graças à Ação direta, de maneira nenhuma contraditória com a luta cotidiana. A superioridade tática da Ação direta é

justamente sua incomparável plasticidade: as organizações que vivenciam sua prática têm o cuidado de não se confinarem na espera, em pose solene, da transformação social. Elas vivem a hora que passa com toda a combatividade possível, não sacrificando nem o presente pelo futuro, nem o futuro pelo presente. Também resulta dessa aptidão de lidar simultaneamente com as necessidades do momento e com aquelas do futuro, e dessa concordância entre a dupla tarefa a tomar frente, que o ideal perseguido, longe de ser obscurecido ou negligenciado, se encontra, por esse fato mesmo, esclarecido, especificado, melhor vislumbrado.

E é por isso que é tão estúpido, quanto mentiroso, qualificar como “defensores de tudo e de nada” os revolucionários que inspiram os métodos de Ação direta. Certamente eles são defensores de TUDO arrancar da burguesia! Mas, esperando tornarem-se fortes o suficiente para essa tarefa de expropriação geral, eles não ficam inativos e não negligenciam nenhuma oportunidade de conquistar melhorias fragmentadas que, realizadas por uma diminuição dos privilégios capitalistas, constituem um tipo de expropriação parcial e abrem o caminho para reivindicações de maior amplitude.

Parece então que a Ação direta é a nítida e pura concretização do espírito de revolta: ela materializa a luta de classes, fazendo esta passar do domínio da teoria e da abstração ao domínio da prática e da realização. Conseqüentemente, a Ação direta é a luta de classes vivida no dia a dia, é o ataque permanente contra o capitalismo.

E é por isso que ela é tão detestada pelos políticos – galanteadores de um tipo especial –, que foram constituídos como “representantes”, os “bispos” da democracia. Ora, se a classe trabalhadora, desdenhando a democracia, a supera e busca seu caminho para além dela, no terreno econômico, o que se tornarão as “pessoas intermediárias”, que se construíram como advogados do proletariado?

E é por isso que ela é ainda mais detestada e reprovada pela burguesia! Esta vê sua ruína bruscamente acelerada pelo fato de a classe trabalhadora, retirando da Ação direta uma força e uma exaltação crescente, rompendo definitivamente com o passado, e constituindo, por seus meios próprios, uma mentalidade nova, estar prestes a construir a nova sociedade. Necessidade do esforço.

Pode parecer paradoxal que seja necessário exaltar a necessidade do esforço, enquanto a luta contra os obstáculos de toda ordem que se opõem à expansão humana é normal.

Fora da ação, de fato, o que há, senão a inércia, apatia, aceitação passiva da servidão? Em período de depressão, de inércia, os homens se rebaixam à posição de burro de carga, eles são escravos labutando sem esperança; seus cérebros ficam

inférteis, sem vibrações, sem ideias; o horizonte se fecha; o futuro não se supõe, não se vê melhor que o presente.

Mas que venha a ação! O torpor se abala, os cérebros anquilosados funcionam e uma energia radiante transforma e fecunda as massas humanas.

Pois que a ação é o sal da vida... Ou, simplesmente e mais exatamente, ela é a própria vida! Viver é agir... Agir é viver!

### **O milagre catastrófico**

Aqui estão constatações banais! E, ainda assim, é necessário insistir, glorificar o esforço, porque um ensino deprimente saturou a atual geração, a impregnou com fórmulas debilitantes. A inutilidade do esforço foi erigida na teoria e pregou-se que toda realização revolucionária resultaria do jogo fatal dos eventos: a catástrofe, anunciaram, se produziria automaticamente, quando, por um processo fatídico, as instituições capitalistas atingissem a sua máxima tensão. Então, delas mesmas, elas quebrariam! O esforço do homem, no plano econômico, fora proclamado supérfluo, sua ação contra a sociedade compressora, na qual ele sofre, fora afirmada inoperante. Só foi deixada uma esperança: infiltrar os seus nos parlamentos burgueses e esperar o inevitável desencadeamento catastrófico.

Ensinaram-nos que isso aconteceria a seu tempo, mecanicamente, fatalmente: a concentração capitalista sendo realizada pelo jogo das leis imanentes e da própria produção capitalista, o número dos potentados do capital, usurpadores e monopolizadores diminuindo sempre... até que chegaria um dia quando, graças à conquista do poder político, os eleitos do povo expropriariam, a partir de leis e decretos, os punhados dos grandes barões do Capital.

Que ilusão perigosa e deprimente essa espera passiva pela vinda do messias-revolução! Em quantos anos e ou séculos serão conquistados os poderes públicos? E depois, ao supô-los conquistados, nesse momento o número de magnatas do Capital terá diminuído em igual quantidade? E mesmo admitindo que a trustificação tenha absorvido a burguesia média, segue-se que ela terá sido jogada no proletariado? Não teremos, em vez disso, colaborado para uma situação na qual os trustes e o número de parasitas vivos sem produzir será pelo menos igual ao que temos hoje? Se sim, não se deve supor que os beneficiários da velha sociedade resistirão a leis e decretos?

São tantos os problemas que se apresentam, e diante dos quais a classe trabalhadora teria se encontrado impotente, não sabendo o que fazer, se ela tivesse

cometido o erro de continuar a se hipnotizar na esperança de uma revolução que ocorreria sem o esforço direto de sua parte.

### **A suposta “lei de ferro”**

Ao mesmo tempo em que nos enganavam com essa crença messiânica na Revolução, para nos deprimir ainda mais, para melhor nos persuadir de que não havia nada a tentar, nada a fazer, para nos afundar mais completamente na sujeira da inação, nos doutrinaram com a “lei de ferro dos salários”. Nos ensinaram que, em virtude dessa fórmula inevitável (devido sobretudo a Ferdinand Lassalle), na sociedade atual, todo esforço é perdido, toda ação é vã, pois as repercussões econômicas rapidamente fazem restabelecer o nível de miséria acima do qual não pode emergir o proletariado.

Em virtude dessa lei de ferro – da qual faziam então a pedra angular do socialismo –, era proclamado que “o salário médio não poderia normalmente ultrapassar a taxa estritamente necessária à vida do operário”. E diziam:

“Essa taxa é regulada pela única pressão capitalista e esta pode fazê-la descer abaixo do mínimo necessário para a subsistência do operário... A única da taxa dos salários é a abundância ou a raridade da mão de obra...”

Por prova do inexorável funcionamento dessa lei dos salários, comparava-se o trabalhador com uma mercadoria: se, no mercado, há abundância de batatas, elas são baratas; se se tornam raras, voltam a ficar caras... Da mesma forma com o operário, afirmavam: seu salário varia com a abundância ou a escassez de carne de trabalho<sup>2</sup>!

Contra o encadeamento lógico desse raciocínio absurdo, nenhuma objeção se levanta; também a lei dos salários pode ser tida como exata... desde que o operário consinta em ser uma mercadoria! Desde que, como um saco de batatas, ele permaneça passivo, inerte, e submeta-se às flutuações do mercado... Desde que ele curve a coluna, suporte as afrontas patronais... a lei dos salários funciona. Mas outra coisa acontece quando um brilho de consciência anima o operário-batata. Quando, no lugar de se marinar em inércia, apatia, resignação e passividade, o operário toma consciência de seu valor humano, se impregna de espírito de revolta; quando ele vibra, enérgico, deliberado, ativo; quando no lugar de ficar estupidamente colado a seus semelhantes (como uma batata ao lado de seus pares), ele entra em contato com eles, reage com eles, assim como eles reagem consigo; quando o bloco operário se aviva, se anima... então, o ridículo equilíbrio da lei dos salários é rompido.

---

<sup>2</sup> NT: jogo de palavras do autor com “chair à saussice”, a carne com a qual se faz a salsicha, e “chair à travail”, que poderia ser compreendido como a carne com a qual se faz o trabalho, a mão de obra.

## **Um fator novo: a vontade operária!**

Um elemento novo aparece no mercado do trabalho: a vontade operária. E esse elemento, desconhecido, quando se trata de fixar o preço de um alqueire de batatas, influencia na fixação do salário; sua ação pode ser maior ou menor, de acordo com o grau de tensão da força operária, que é uma resultante do acordo das vontades individuais vibrando em uníssono – mas, forte ou fraca, ela é incontestável.

A coesão operária cria, então, contra a potência capitalista, uma força capaz de resistir a ela. A desigualdade dos dois adversários – incontestável quando o explorador só tinha diante de si um operário isolado – se atenua proporcionalmente ao grau de coerência alcançado pelo bloco operário. A resistência proletária, latente ou aguda, é doravante diária; os conflitos entre o trabalho e o capital se avivam, crescem em acuidade. O trabalho não sai sempre vitorioso dessas lutas parciais; no entanto, mesmo quando ele é derrotado, ainda há benefício para os trabalhadores em luta: sua resistência dificultou a compressão patronal e, ainda frequentemente, obrigou o patrão a ceder a uma parte das reclamações formuladas. Nesse caso se verifica o caráter de alta solidariedade do sindicalismo: do resultado da luta se beneficiam falsos irmãos, inconscientes, e os grevistas se satisfazem com o gozo moral de terem combatido pelo bem-estar geral.

Que a coesão operária faça elevar os salários, os teóricos da “lei de ferro” aceitam de bom grado. Os fatos são tão tangíveis que lhes seria difícil apontar uma negação séria. Mas eles objetam que, paralelamente ao aumento dos salários, se manifesta um encarecimento do custo de vida, de tal maneira que o poder de consumo do operário não cresce e que o benefício de seu aumento de salário, de fato, não existe.

Há circunstâncias onde essa repercussão se constata; mas essa ascensão do custo de vida, com relação direta com a ascensão do salário, não tem uma constância tal que possa se constituir como princípio. Ademais, quando esse encarecimento se produz, é – na maior parte dos casos – a prova de que o trabalhador, depois de ter lutado enquanto produtor contra seu patrão, negligenciou a defesa enquanto consumidor. Muito frequentemente é a passividade do comprador em relação ao comerciante, do locatário em relação ao proprietário, etc., que permite aos proprietários, comerciantes, etc. recuperar, com aumentos sobre o operário, enquanto consumidor, o benefício das melhorias que ele conquistou enquanto produtor.

De resto, a irrefutável demonstração de que a taxa do salário não tem por inevitável consequência um encarecimento paralelo da vida é feita nos países com curtas jornadas

e altos salários: lá, a vida é menos custosa e menos restrita do que nos países com longas jornadas e baixos salários.

### **O salário e o custo de vida**

Na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Austrália, o horário de trabalho quotidiano normalmente é de oito horas (ou nove horas), a folga semanal é praticada, os salários são mais elevados que aqui. Apesar disso, lá a vida é mais fácil. Primeiro, pelo fato de que em seis dias de trabalho, ou melhor, em cinco e meio (o trabalho sendo suspenso, na maior parte dos casos, ao meio-dia do sábado), o trabalhador ganha para se prover pelos sete dias da semana; em seguida, porque, em regra geral, lá o custo das coisas necessárias é menor do que na França, ou ao menos em melhor conta, relativamente à taxa do salário<sup>3</sup>.

Essas constatações invalidam a “lei de ferro”. Elas invalidam ainda mais porque é impossível fingir que os altos salários dos países em questão são a simples consequência de uma escassez de braços. Nos Estados Unidos, também na Austrália, tanto como na Inglaterra, o desemprego castiga amargamente. É, pois, evidente que se, nesses países, as condições de trabalho são melhores, eis que entra em seu estabelecimento um fator outro que a abundância ou raridade de braços: a vontade operária! Essas melhores condições são resultado do esforço operário, da vontade operária se recusando a aceitar uma vida vegetativa e limitada, e é pela luta contra o Capital que houve conquistas. No entanto, as batalhas econômicas que melhoraram essas condições, por mais violentas que tenham sido, não criaram uma situação revolucionária: elas não ergueram, face a face, em inimigos, o trabalho contra o Capital. Os trabalhadores não adquiriram, ao menos no conjunto, sua consciência de classe; suas aspirações foram, até aqui, demasiadamente limitadas a uma melhor adaptação no seio da sociedade atual. Mas os tempos mudam! Essa consciência de classe que faltava a eles, ingleses, yankees, etc. estão ao passo de adquiri-la.

Se da análise dos países com altos salários e curtas jornadas passarmos à análise de nossas regiões camponesas onde, certos de encontrar uma população ignorante e dócil, muitos donos de indústria instalam suas usinas, o fenômeno contrário se constata: os salários são muito baixos e as condições de trabalho excessivas. É que, aqui, a

---

3 Sobre a afirmação de observadores superficiais, muitas pessoas aceitam sem controle e também repetem que “a vida é cara” nos países supracitados. O que é certo é que lá os objetos de luxo custam muito caro; lá a vida de “relações” é muito onerosa; por outro lado, tudo que é de necessidade básica tem bom preço. Ademais, não sabemos que dos Estados Unidos, por exemplo, nos chega trigo, frutas, conservas, produtos manufaturados, etc., que (apesar da majoração que faz subir o custo de transporte e também apesar das taxas alfandegárias) vêm fazer concorrência, no nosso mercado, com produtos similares? É, pois, bem evidente que esses produtos não se vendem nos Estados Unidos a preços superiores... Muitos outros fatos significativos poderiam ser evocados. O âmbito de um folheto não o permite.

vontade operária estando em letargia, a pressão capitalista determina sozinha as condições de trabalho; o operário ignorando-se e não conhecendo sua força é ainda reduzido ao estado de “mercadoria”, de forma que a suposta “lei dos salários” funciona contra ele, sem nenhum contrapeso. Mas que uma chama de revolta venha animar esse explorado e a situação será mudada! Vai ser suficiente que a poeira humana, que até então foi a massa proletária, se coagule em um bloco sindical para que a pressão patronal seja neutralizada por uma força – fraca e inábil inicialmente – mas que crescerá rápido em potência e em consciência.

Assim, se verifica, à luz dos fatos, o quanto é ilusória e mentirosa essa pretensa lei dos salários. “Lei de ferro” que a batizaram? Ora, vamos! Ela não é sequer uma lei de borracha! Mais grave que um simples erro de raciocínio, algo ainda mais infeliz, foram as consequências da infiltração dessa fórmula fatídica no mundo operário. Quantos sofrimentos e decepções ela engendrou! Por tempo demais, infelizmente, a classe trabalhadora relaxou e adormeceu sobre esse travesseiro decepcionante. Foi um encadeamento lógico: a teoria da inutilidade do esforço engendrou a inação. Uma vez que foi proclamada a esterilidade do ato, o vazio da luta, a impossibilidade de uma melhora imediata, todo desejo de revolta foi sufocado. De fato, para que combater se o esforço é reconhecido desde já vão e infrutífero, se sabe-se que corremos para um fracasso? Uma vez que na batalha não se deve colher mais que porradas – sem esperança de um leve proveito – não vale mais ficar tranquilo?

E é a tese que dominou! A classe trabalhadora se acomodou com uma apatia que fazia o jogo da burguesia. Também quando, sob a pressão das circunstâncias, os operários se viam encurralados em um conflito, a luta era aceita a contragosto; a greve passou a ser tomada como um mal do qual se sofria, por não poder evitá-la, e à qual nos resignávamos, sem a esperança de que de seu resultado favorável pudesse haver uma melhoria real.

### **O excesso do mal não é fermento de revolta!**

Paralelamente a essa crença nefasta na impossibilidade de romper o cerco de ferro da “lei dos salários”, e como uma dedução excessiva, tanto dessa “lei” quanto da confiança da vinda fatal da Revolução pelo jogo normal dos eventos, sem intervenção do esforço dos trabalhadores, alguns se regozijavam ao constatarem o crescimento do “empobrecimento”, o aumento da miséria, da arbitrariedade patronal, da opressão governamental, etc. Escutando esses pobres pensadores, que entendiam que, do excesso do mal, deveria sobrevir a Revolução! Então, tanta recrudescência de misérias,

de calamidades, etc., para eles era um bem, aproximava da hora fatídica. Erro louco! Absurdo! A abundância dos males – qualquer que seja sua espécie – não produz outro resultado que deprimir quem os sofre. É fácil de dar-se conta disso. No lugar de se contentar com discursos, basta olhar ao redor de si.

Quais são as corporações onde a atividade sindical é mais acentuada? São aquelas que, não sendo exagerado o horário de trabalho, os camaradas podem, terminado seu trabalho, viver uma vida de relação, ir às reuniões, se ocupar das tarefas comuns; são aquelas cujo salário não se reduz a uma tal insignificância que toda amostra para uma contribuição, uma assinatura de um jornal, a compra de um livro equivale à supressão de um pão na mesa.

Por outro lado, nos ofícios onde a duração e intensidade dos trabalhos são excessivas, quando o operário sai do campo de concentração patronal, ele é “assassinado” física e cerebralmente; então ele só tem o desejo de, antes de entrar em sua casa, para comer e dormir, de engolir alguns goles de álcool, a fim de se sacudir, se levantar, se dar uma chicotada. Ele não sonha em ir ao sindicato, frequentar as reuniões, ele não pode sonhá-lo, com seu corpo moído de cansaço, com seu cérebro deprimido, incapaz de funcionar. Da mesma forma, de que esforço é capaz o infeliz desabado na miséria endêmica, o esfarrapado sem trabalho levado à exaustão pelas privações? Talvez, em um sobressalto de raiva, ele esboçaria um gesto de revolta... mas será um gesto sem reincidência! A miséria o esvaziou de toda vontade, de todo espírito de revolta.

Essas constatações – que todos podem verificar e multiplicar – são a invalidação dessa estranha teoria de que o excesso de miséria e opressão é um fermento de revolução. O contrário é o único certo, único verdadeiro! O sujeito fraco, cuja sina é precária, que tem uma vida restrita, que é material e moralmente escravo, não ousará se insurgir sob a exploração; por temor do pior, se encolherá, não tentará nenhum movimento, nenhum esforço e apodrecerá em sua situação dolorosa. Vai por outro caminho quem pela luta se fez homem, quem, tendo uma vida menos estreita, tem o espírito mais aberto, e quem, tendo olhado seu explorador cara a cara, se reconhece seu igual.

É por isso que melhorias parciais não resultam em adormecer os trabalhadores; pelo contrário, elas são para eles um reconforto e um prazer a reclamar e exigir a mais. O bem-estar, que é sempre uma consequência da manifestação da força proletária – seja porque os interessados o arrancam de alta luta, seja porque a burguesia julga prudente e hábil, para atenuar os choques que ela prevê e teme, fazer concessões – tem como resultado elevar a dignidade e a consciência da classe trabalhadora e também – e

sobretudo! – aumentar e acentuar sua combatividade. Emergindo da miséria fisiológica e intelectual, a classe trabalhadora se refina; ela adquire uma sensibilidade maior, nota ainda mais a exploração que ela suporta e tem ainda mais vontade de se libertar dela; ela adquire também uma visão mais nítida da oposição irreduzível que existe entre seus interesses e os da classe capitalista. Mas, por mais importante que as suponhamos, as melhorias de varejo não podem substituir a Revolução, dispensá-la: a expropriação capitalista continua necessária, para que seja realizável a libertação completa. De fato, supor que se alcance uma forte compressão dos benefícios do Capital, uma aniquilação em parte do Estado, é improvável que essa compressão possa chegar a zero. As relações não teriam mudado por isso: ainda haveria, de um lado, assalariados, do outro, patrões, dirigentes.

É evidente que as conquistas parciais (por mais importantes que se suponham e mesmo quando elas cortam forte os privilégios) não têm a consequência de mudar as relações econômicas, que são as de patrão a operário, dirigente a dirigido. Então, persiste a subordinação do trabalhador, em relação ao Capital e em relação ao Estado. Então, segue que o problema social permanece inteiro e que a “barricada”, que separa os produtores dos parasitas que vivem deles, não foi deslocada, menos ainda achatada. Por mais curto que possa se tornar o horário de trabalho, por mais alto que seja seu pagamento, por mais “confortável” que seja a usina do ponto de vista de higiene, etc., enquanto subsistirem as relações entre contratante e assalariado, governante e governado, haverá duas classes, luta de uma contra a outra. E esse combate ganhará em acuidade e em extensão, ao passo que a classe explorada e oprimida, crescendo em força e em consciência, terá uma noção mais exata de seu valor social: conseqüentemente, ao passo que ela se eleva, se educa, se melhora, será sempre com mais energia que ela minará os privilégios da classe antagonista e parasitária.

E até a ativação geral! Até o dia que a classe trabalhadora, depois de ter preparado em seu seio a ruptura final, depois de ter endurecido por contínuas de mais e mais frequentes escaramuças contra seu inimigo de classe, será suficientemente potente para dar o ataque decisivo... E será a Ação direta levada a seu máximo: a Greve Geral!

Assim, em resumo, a análise precisa dos fenômenos sociais nos permite contrariar a teoria fatalista que proclama a inutilidade do esforço e contra a tendência de supor que o melhor pode sair de um excesso de mal. Ao contrário, de uma visão nítida desses fenômenos se identifica a noção de um processo de ação engrandecedor: nós constatamos que os recuos da burguesia, as conquistas parciais realizadas sobre ela

acentuam o espírito de revolta; e nós constatamos também que, da mesma forma que a vida gera vida, a ação gera ação.

### **Força e violência**

A Ação direta, manifestação da força e da vontade operária, se materializa, segundo as circunstâncias e o meio, por atos que podem ser muito inofensivos, como também podem ser muito violentos. É uma questão de necessidade, simplesmente.

Não há, pois, uma forma específica para a Ação direta. Alguns, muito superficialmente informados, a explicam como um abate abundante de vidraças. Satisfazer-se com semelhante definição – agradável para os vidraceiros – seria considerar esse desabrochar da força operária sob um ângulo verdadeiramente estreito; seria reduzir a Ação direta a um gesto mais ou menos impulsivo, seria negligenciar o seu inestimável valor, seria esquecer que ela é a expressão simbólica da revolta operária.

A Ação direta é a força operária em processo criador: é a força fazendo nascer um direito novo – criando o direito social!

A força é a origem de todo movimento, de toda ação e, necessariamente, ela é sua coroação. A vida é o desabrochar da força e, fora da força, não há nada. Fora dela, nada se manifesta, nada se materializa.

Para melhor nos iludir e nos ter sob seu jugo, nossos inimigos de classe nos repetiram incansavelmente que a justiça imanente não precisa da força. Balelas de exploradores do povo! Sem força, a justiça não passa de fraude e mentiras. Disso, a dolorosa lista de vítimas dos povos, no decorrer dos séculos, é o testemunho: apesar de suas causas terem sido justas, a força, a serviço dos poderes religiosos e dos mestres seculares, esmagou, triturou os povos; e isso em nome de uma pretensa justiça que não era mais que uma injustiça monstruosa. E essa lista de vítimas continua!

### **Minoria contra minoria**

As massas operárias são sempre exploradas e oprimidas por uma minoria parasitária que, se ela só dispusesse de suas próprias forças, não poderia manter sua dominação por um dia, uma hora! Essa minoria retira seu poder do consentimento inconsciente de suas vítimas: são estas – fonte de toda força – que, se sacrificando pela classe que vive delas, criam e perpetuam o Capital, sustentando o Estado.

Ora, tanto hoje quanto ontem, não pode bastar, para derrubar essa minoria, dissecar as mentiras sociais que servem de princípio a eles, de revelar sua iniquidade, de expor seus crimes. Contra a força brutal, a ideia reduzida a seus únicos meios de

persuasão é vencida desde já. É que a ideia, o pensamento, tão belo que seja, não é mais que bolha de sabão se ela não se apoia sobre a força, se ela não é fecundada por ela.

Então, para que cesse o sacrifício inconsciente das maiorias a uma minoria desfrutadora e canalha, o que é necessário?

Essa tarefa necessária de coesão revolucionária se realiza no seio da organização sindical: lá se constitui e se desenvolve uma minoria crescente que visa a adquirir poder suficiente para contrabalancear, a princípio, e aniquilar, em seguida, as forças de exploração e opressão.

Esse poder, toda a propaganda e ação, serve a princípio para iluminar os infelizes que, fazendo-se defensores da classe burguesa, continuam a repulsiva epopeia dos escravos, armados por seus mestres para combater os libertadores revoltados. Sobre essa tarefa preparatória, não poderíamos nos esforçar demais. É necessário, de fato, compreender bem do poder de compressão que caracteriza o militarismo. Contra o povo sem armas, se erguem permanentemente seus próprios filhos superiormente armados. Ora, as provas históricas mostram abundantemente que todas as rebeliões populares que não se beneficiaram, seja da neutralidade, seja do apoio do povo de coturno, que são os militares, fracassaram. É, pois, paralisante essa força inconsciente, emprestada aos dirigentes, por uma parte da classe operária que é necessário alcançar continuamente.

Obtido esse resultado, ainda faltará romper a força própria da minoria parasitária – que erraríamos em tomar como negligenciável. Esta é, nessas grandes linhas, a tarefa que cabe aos trabalhadores conscientes.

### **A violência inevitável**

Quanto a prever em quais condições e em qual momento se efetuará o choque decisivo entre as forças do passado e aquelas do futuro, é do domínio da hipótese. O que podemos certificar é que puxões, choques, contatos mais ou menos bruscos o terão precedido. E o que podemos afirmar também é que as forças do passado não aceitarão abdicar ou se submeter. Ora, é justamente essa resistência cega ao progresso inevitável que marcou, frequentemente no passado, com brutalidades e violências, a realização dos progressos sociais. E não saberíamos sublinhá-lo o suficiente: a responsabilidade dessas violências não cabe aos homens do futuro. Para que o povo se decida à revolta categórica, é preciso que a necessidade o encurrale; ele não chega a isso antes que uma série de experiências o provem a impossibilidade de evoluir pelas vias pacíficas e –

mesmo nessas circunstâncias – sua violência não passa de réplica, benigna e humana, às violências excessivas e bárbaras de seus mestres.

Se o povo tivesse instintos violentos, não suportaria mais vinte e quatro horas da vida de misérias, de privações, de trabalho árduo – ornada de canalhices e crimes – que é a existência à qual o obriga a minoria parasitária e exploradora. Não é preciso, para isso, recorrer a explicações filosóficas, demonstrar que os homens nascem “nem bons, nem maus” e que eles se tornam um ou outro a partir do meio e das circunstâncias. A questão se resolve pela observação quotidiana: é inquestionável que o povo, sentimental e de estado de espírito doce, não tem nada da violência endêmica que caracteriza as classes dirigentes e que é o cimento de sua dominação – não sendo a legalidade mais que a camada leve de uma tinta de hipocrisia destinada a mascarar essa violência inata.

O povo, deprimido pela educação que lhe é inculcada, saturado de preconceitos, é obrigado a fazer um esforço considerável para se elevar à consciência. Ora, mesmo quando chega lá, longe de se deixar levar por uma cólera legítima, ele obedece ao princípio do menor esforço; ele procura e segue o caminho que lhe parece o mais curto e menos cheio de dificuldades. Ele faz como as águas que, seguindo a encosta, vão ao oceano, cá pacíficas, lá barulhentas, dependendo de terem encontrado mais ou menos obstáculos.

Certamente vai à Revolução, apesar dos entraves que os privilegiados acumulam em sua estrada; mas vai com sobressaltos e hesitações que são a consequência de seu estado de espírito pacífico e de seu desejo de evitar as soluções extremas. Também, quando a força popular, rompendo os obstáculos que se opõem a ela, passa como furacão revolucionário sobre as velhas sociedades é porque não foi permitido outro meio de expansão. É, de fato, incontestável que, se essa força tivesse podido desabrochar sem bloqueios, em virtude do princípio do menor esforço, não teria se exteriorizado em ações violentas e teria se manifestado pacificamente, majestosamente e calma. O rio que, numa lentidão olimpiana e irresistível, rola pacificamente em direção ao mar não é formado das mesmas moléculas líquidas que, fluindo em torrentes através de vales comprimidos, levava furiosamente os obstáculos que se opunham a seu curso? Assim também é a força popular.

### **Ilusão dos paliativos**

Apesar de o povo não recorrer à força por prazer, seria perigoso esperar substituir esse recurso usando paliativos de essência parlamentar e democrática. Não há, pois, mecanismos de votação – nem o referendo, nem qualquer outro processo que suporia

limpar o que domina os desejos populares – graças ao qual se poderia esperar prescindir de movimentos revolucionários. Enganar-se com ilusões semelhantes seria cair de novo nas dolorosas experiências do passado, quando as virtudes miraculosas atribuídas ao sufrágio universal concentravam a esperança geral. Certamente, é mais cômodo acreditar no sufrágio universal todo-poderoso, ou mesmo em um referendo, do que ver a realidade das coisas: isso dispensa a ação – mais, por outro lado, não aproxima a libertação econômica.

Em última análise, é necessário sempre voltar ao resultante inevitável: o uso da força!

No entanto, ainda que determinado processo de votação, de referendo, etc., seja inapto a revelar a extensão e a intensidade da consciência revolucionária, e também a dispensar o uso da força, não se deve concluir contra seu valor relativo. O referendo, por exemplo, pode ter sua utilidade. Em certas circunstâncias, não há nada melhor do que recorrer a ele. Através dele, é cômodo – para casos postos com precisão e nitidez – desobstruir a orientação do pensamento operário. Ademais, as organizações sindicais sabem usar, quando é necessário (tanto as que, não tendo ainda se libertado completamente do aperto capitalista, invocam o intervencionismo estatista, quanto aquelas que são nitidamente revolucionárias). E isso há muito tempo! Nem uma, nem outra, esperou pelo que se pretende erguer enquanto sistema, nem tornou isso uma distração para a Ação direta.

É, pois, absurdo arguir que o referendo se opõe ao método revolucionário – da mesma forma que seria supor que ele é seu complemento inevitável. É um mecanismo de cálculo de quantidades, insuficiente para a aferição de qualidades. Por isso seria imprudente supor que possa ser uma alavanca capaz de abalar as bases da sociedade capitalista. Sua prática, mesmo se ela se acentuar, não dispensará as iniciativas necessárias e o vigor indispensável quando soarem as horas psicológicas.

É infantil falar de referendo quando se trata de ação revolucionária, como a queda da Bastilha... Se, em 14 de julho de 1789, as Guardas francesas não tivessem sido passadas ao povo, se uma minoria consciente não tivesse atacado a fortaleza... se tivessem desejado, previamente, pré-julgar a sina da odiosa prisão por um referendo, é possível que a edificação ainda bloqueasse a entrada do subúrbio Antoine.

A hipótese emitida a respeito da queda da Bastilha pode se aplicar a todos os eventos revolucionários: se submetidos a um referendo hipotético, deduzir-se-iam conclusões semelhantes. Não! Não há panaceia sufragista ou referendista que possa substituir o uso da força revolucionária. Mas é necessário precisar nitidamente a questão:

esse uso da força não implica a inconsciência da massa. Ao contrário! E é tanto mais eficaz quando esta é dotada de uma consciência mais esclarecida.

Para que a revolução econômica que a sociedade capitalista carrega em seus flancos ecloda enfim e obtenha resultados, para que movimentos de recuo e de feroz reação sejam possíveis, é necessário que esses que trabalham na grande obra saibam o que querem e como eles querem. É necessário que sejam seres conscientes e não impulsivos! Ora, a força numérica, não nos enganemos, só é verdadeiramente eficaz, do ponto de vista revolucionário, se ela for fecundada pela iniciativa dos indivíduos, sua espontaneidade. Por ela mesma, ela não é nada mais que um monte de homens sem vontade, que poderiam ser comparados a um amontoado de matéria inerte que suporta os estímulos que são transmitidos de fora.

Assim, mostra-se que a Ação direta, proclamando inevitável o uso da força, prepara a ruína dos regimes de força e de violência para substituir por uma sociedade de consciência e concórdia. Isso porque ela é a popularização, ainda que dentro da velha sociedade do autoritarismo e da exploração, de noções inovadoras que libertam o ser humano: desenvolvimento do indivíduo, cultura da vontade, treinamento para a ação.

Também somos levados a concluir que a Ação direta, além de seu valor de fertilização social, carrega em si um valor de fertilização moral, pois refina e eleva aqueles a quem ela impregna, os liberta das impurezas da passividade e os excita a irradiar em força e beleza.